

A Práxis Pastoral Batista à luz de uma pedagogia libertadora

Por Eliseu Roque do Espírito Santo*

Resumo:

O presente artigo analisa a prática pastoral batista, delimitando-a neste trabalho como práticas e reflexões relacionadas à atividade do pastor ou pastora. Busca inspiração na pedagogia libertadora de Paulo Freire para analisar quatro aspectos relacionados ao trabalho pastoral, que são: o uso da palavra, o trabalho social da Igreja, o ensino e discipulado e, finalmente, a relação da escatologia com a construção de um projeto de uma nova humanidade. O autor conclui que deve-se buscar resultados mais qualitativos que quantitativos se o objetivo é a libertação. Isto implica numa revisão e atualização das práticas à luz da Palavra de Deus e do propósito de libertação.

Palavras-chave:

Libertação, batistas, pastor/pastora, Paulo Freire, Pedagogia Libertadora, Teologia Pastoral, Igreja.

As reflexões que se seguem são fruto de um trabalho anterior, onde realizamos uma leitura teológica da obra *Pedagogia do oprimido*, de Paulo Freire¹. Nessa pesquisa, buscamos identificar a contribuição da teologia no pensamento freireano e, dialeticamente, a contribuição da pedagogia libertadora à teologia, especialmente à teologia pastoral batista. À luz da pedagogia libertadora de Paulo Freire, buscamos focar quatro aspectos da prática pastoral batista: 1) uso da palavra; 2) trabalho social; 3) ensino e discipulado e 4) utopia de uma nova humanidade.

* Pastor batista, Diretor do seminário Teológico Batista do Rio Grande do Sul. Mestre em Teologia (IEPG-EST – São Leopoldo/RS), Licenciatura em Pedagogia (UERJ/RJ), Pós-Graduação *Latu Sensu* em Missões (Centro Evangélico de Missões – Viçosa/MG), Bacharel em Teologia (Seminário Bíblico Batista do Rio de Janeiro). E-mail: pastoreliseu@terra.com.br.

¹ ESPÍRITO SANTO, Eliseu Roque do. *Teologia e pedagogia em diálogo a partir de uma leitura teológica da obra Pedagogia do oprimido de Paulo Freire*. 2005. Dissertação (Mestrado). São Leopoldo: IEPG, 2005.

Para iniciar nossa reflexão, é preciso esclarecer que, quando falamos de práxis pastoral batista, referimo-nos neste trabalho às práticas e reflexões relacionadas às atividades do pastor². Para os batistas, os nomes “bispo”, “presbítero” e “pastor” designam o mesmo ofício³. Suas funções são: 1. ser um mestre espiritual, público ou particular, 2. administrar as ordenanças (Santa Ceia e Batismo), 3. superintender a disciplina e presidir as reuniões da igreja⁴. Na Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira⁵, no capítulo XI que trata do “Ministério da Palavra”, refere-se ao pastor como homem chamado e separado por Deus para o ministério da palavra⁶.

1 O uso da palavra na práxis pastoral batista

O trabalho dos pastores batistas é essencialmente ensinar a Palavra de Deus e liderar as congregações locais. Aos futuros obreiros e obreiras, é ensinada a arte de fazer uso da palavra. A palavra, segundo as Escrituras, deve ser usada para confortar, corrigir e instruir (2Tm 3.16).

O fato do ministério pastoral ser tido como essencialmente o ministério da palavra não é nenhum problema. Precisamos de líderes que façam bom uso da palavra (tanto divina quanto humana). O problema é quando o ministério da palavra se converte em *monopólio da palavra*, quando o uso da palavra passa a ser direito apenas de uns poucos. Quando isso acontece, a palavra passa a ser então arma de

² Oficialmente, os Batistas da Convenção Batista Brasileira (CBB) não têm ordenado mulheres para o pastorado. Algumas congregações e convenções estaduais, à revelia da CBB, já tem feito isso. A discussão parece que vai se prolongar por bom tempo. Os batistas da CBB têm a prática de, em assuntos polêmicos, ir deixando sobre a mesa. Enquanto isso, líderes e igrejas mais ousadas vão decidindo por sua própria conta. A experiência desses “rebeldes”, que arriscam coisas novas, permite que a liderança nacional, à luz dessa experiência destes e destas, julgue o melhor caminho a ser tomado. Foi assim com a questão do divórcio. Os batistas confiam mais no senso comum que nos teólogos.

³ STRONG, Augusto Hopkins. *Teologia sistemática*. São Paulo: Hagnos, 2003. p. 674.

⁴ STRONG, 2003, p. 677-678.

⁵ SOUZA, Sócrates Oliveira de (Org.). *Pacto e comunhão*. Rio de Janeiro: Junta de Educação Religiosa da Convenção Batista Brasileira, 2004. p. 13-28.

⁶ SOUZA, 2004, p. 23-24.

opressão. Para a tradição batista, o monopólio da Palavra é exclusividade do Espírito Santo, que sopra onde quer (Jo 3.8).

Esse “monopólio da palavra de uns poucos” é fruto de uma cultura do silêncio⁷. Cultura que se fundamenta na desconfiança do povo. “Desconfiança de que o povo seja capaz de pensar certo. De querer, de saber”⁸.

Seguindo essa mesma linha de reflexão e preocupado com ensino da palavra de Deus e a catequese, Mesters pergunta:

O que se faz diante dessa situação? Confirmamos o povo na sua ignorância e acabamos, assim, de fechar uma parte da revelação divina no cofre forte do povo, que não se abre por si, nem por decreto, ou procuramos acordar o povo para o valor que possui e que poderia enriquecer a nossa cultura e o nosso conhecimento da revelação divina? Se o povo silencia e só escuta, ao ouvir as explicações que lhe fazemos, devemos ver nisso um sinal de que ele concorda e aceita a nossa palavra, reconhecendo a sua ignorância, ou sinal de que a nossa palavra nele não encontrou ressonância e lhe permanece estranha? É impossível continuar uma catequese e uma explicação da Bíblia que ignoram o que o povo sabe e que só sabem o que o povo ignora? Quando dizemos que o povo não tem nada a contribuir estamos apoiados em quê? Talvez só numa convenção cultural ou numa tradição teológica sem memória, que está atrás dos nossos olhos e que nem nós percebemos o quanto nos condiciona o nosso julgamento.⁹

Concordamos com Mesters quando diz que o povo tem muito a contribuir quanto à compreensão da Palavra de Deus e não só isso, ele também pode ajudar muito seus/suas líderes na compreensão da realidade. Cremos que quando o povo silencia, como observa Mesters, independente de estar compreendendo ou não o que estamos lhe falando, o objetivo maior que buscamos deixa de ser alcançado, que é seu engajamento na ação libertadora.

⁷ FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 37. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 47.

⁸ FREIRE, 1995, p. 47.

⁹ MESTERS, Carlos. *Por trás das palavras*. 2. ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 1975. p. 33-44.

A questão fundamental para nós pastores e pastoras é construirmos uma visão clara de nossa missão. O que queremos de fato? Queremos que o povo se torne um verdadeiro grupo discípulos de Jesus ou apenas ouvintes da palavra (de Deus e nossa)? Se queremos que o povo se torne realmente um grupo de discípulos, precisamos devolver-lhe a palavra.

Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão. Mas se dizer a palavra verdadeira, que é trabalho, que é práxis, é transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens (e mulheres)[acréscimo meu]. Precisamente por isto, ninguém pode dizer a palavra verdadeira sozinho, ou dizê-la para os outros, num ato de prescrição, com o qual rouba a palavra aos demais.¹⁰

É importante observar que o conceito de palavra de Freire, que ele faz questão de adjetivar de palavra verdadeira, não se trata apenas de uma expressão verbal, escrita ou gestual. Além destas formas de expressão, a palavra se constitui na ação e reflexão. Só assim ela se torna a palavra criadora e transformadora do mundo. Não há no pensamento de Freire nenhuma margem para um entendimento mágico da palavra.

Essa perspectiva se harmoniza com o que Jesus afirma nos evangelhos: não basta ouvir a palavra, é preciso praticá-la (Mt 7.24-27).

Constitui-se, portanto, como grande desafio para a tarefa pastoral à luz do que vimos: dialogar com o povo sobre a importância de unir a palavra à ação e reflexão, ensinar sem prescrever, acreditar na capacidade do povo e desafiar o povo para que pronuncie sua palavra.

¹⁰ FREIRE, 1995, p. 78.

2 A práxis pastoral batista no âmbito do social

As igrejas batistas tendem a seguir a orientação de seus pastores e pastoras. Logo, a prática social das igrejas é reflexo, na maioria dos casos, da visão social de seus obreiros e obreiras.

À luz do conceito de amor e generosidade na obra, *Pedagogia do oprimido*, os batistas precisam rever sua práxis social. O alerta de Freire precisa ser ouvido pelos pastores e pastoras: “Aqueles que se comprometem autenticamente com o povo é indispensável que se revejam constantemente”¹¹. Que seja este o momento de revisão!

Há um esforço dos batistas da Convenção Batista Brasileira à uma participação mais efetiva no campo social. Esse esforço se torna evidente na elaboração de uma “Filosofia de Ação Social da CBB”¹². Outro sinal de um despertar para essa temática foi a publicação pela CBB, em 1998, do livro “Ação social da Igreja de Cristo”, onde 13 eminentes batistas da CBB contribuíram com artigos sobre o assunto¹³. No entanto, o engajamento das igrejas e de seus membros ainda é muito tímido. É possível que alguns aspectos da teologia batista estejam impedindo a concretização dessas propostas.

Dentre as sugestões de trabalho social encontrado no site da CBB, encontramos: capelania hospitalar, atendimento à Terceira Idade, oficina de alternativas alimentares, ministério em presídios (evangelização), esportes, reforço escolar, entre outros.

¹¹ FREIRE, 1995, p. 48.

¹² FILOSOFIA de Ação Social da CBB. Disponível em: <<http://www.batistas.org.br>>.

¹³ Sobre os temas que foram tratados, encontramos: a questão social e a realidade brasileira, a Bíblia e a responsabilidade social, a igreja relevante para a comunidade, voltando os olhos para a família, as desigualdades sociais, o trabalho e o desafio para a modernidade, a terra e o seu uso, o imperativo da alimentação, moradia, a saúde está doente, a educação e o progresso social, cidadania e dignidade, Jesus Cristo e as carências humanas.

Os batistas da CBB têm se dedicado principalmente a atividades de assistência social que, em geral, estão vinculadas a iniciativas de evangelização. Em vários Estados, temos lares para crianças e idosos, colégios batistas, algumas faculdades, centros de recuperação de dependentes químicos, abrigos para pessoas carentes, hortas comunitárias, pequenos cursos profissionalizantes, distribuição de cestas básicas e outras pequenas iniciativas. Geralmente essas instituições e atividades são mantidas por convenções estaduais, associações de igrejas e em alguns casos, unicamente por igrejas locais.

Esta prática de associar o trabalho social à evangelização é comum entre as igrejas evangélicas do Brasil, principalmente as evangélicas de missão e as pentecostais. Comentando sobre a visão dos batistas, Azevedo observa:

Uma das conseqüências desta mentalidade é a crença de que todas as coisas podem ser resolvidas no plano da vontade: se o interior do homem mudar, o homem mudará. Assim, toda mudança, mesmo a social, tem que passar pela experiência de conversão. Pode-se mudar as formas de governo, mas se não mudar os corações dos homens, não se pode esperar melhoria alguma [...] Neste caso, o político torna-se uma dimensão secundária da organização humana. A pretensão é de neutralidade.¹⁴

Lourenço Stélio Rega¹⁵, um influente líder batista ao falar da responsabilidade social cristã, afirma ser esta “resultado e conseqüência da evangelização”¹⁶. Com essa afirmação, reproduz-se a idéia de que a transformação da sociedade virá unicamente pela conversão dos homens e mulheres. Como conseqüência desse modo de pensar, no momento em que se tem que decidir por fazer alguma coisa e quando o tempo e recursos são poucos, a orientação é optar pela evangelização e, dessa forma, a prática social é deixada em segundo plano.

¹⁴ AZEVEDO, Israel Belo. *A celebração do indivíduo: a formação do pensamento batista brasileiro*. Piracicaba: Unimep; São Paulo: Exodus, 1996. p.179-180.

¹⁵ Lourenço Stélio Rega é diretor da Faculdade Teológica Batista de São Paulo, escritor e membro Fraternidade Teológica Latino-Americana (FTL).

¹⁶ REGA, Lourenço Stélio. A Bíblia e a responsabilidade social cristã. In: BERNARDO, Salvi; MORAES, Luís Paulo de L. (Orgs.). *Ação social da Igreja de Cristo*. Rio de Janeiro: JUERP, 1998. p. 27.

Freire discorda desse ponto de vista e vê como uma ilusão a idéia de transformar os corações dos homens e mulheres sem tocar nas estruturas¹⁷. Por outro lado, reconhece que não se pode negar “o papel da subjetividade na luta pela modificação das estruturas”¹⁸.

Na verdade, a prática social batista tende mais ao assistencialismo (dar o peixe) que à assistência social (ensinar a pescar). O problema do assistencialismo é que gera dependência, dominação, oferece mais anestésicos que soluções duradouras, mais desumaniza que humaniza. Para que isso não ocorra, as igrejas e seus líderes (pastores e pastoras) devem estar ao lado dos pobres e não sobre eles. Geralmente, traçamos nossos planos, elaboramos nossos projetos sem dialogar com o povo. As igrejas e seus líderes precisam desenvolver o diálogo com o povo, estabelecer estratégias que conduzam à promoção social.

Eu mesmo, como pastor batista, resolvi incentivar minha igreja a distribuir cestas básicas na época do natal, após termos distribuído, ouvimos algumas reclamações do tipo de arroz que distribuímos (arroz parbolizado), nos sentimos indignados, afinal “eles e elas não tinham do que reclamar já que estavam recebendo uma ajuda”. Essa postura autoritária revelava nossa falsa generosidade.

O que houve de errado nesse trabalho que realizamos? Freire chama esse erro de prescrição.

Toda prescrição é a imposição da opção de uma consciência a outra. Daí, o sentido alienador das prescrições que transformam a consciência recebedora no que vimos chamando de consciência “hospedeira” da consciência opressora. Por isto, o comportamento dos oprimidos é um comportamento prescrito. Faz-se à base de pautas estranhas a eles – as pautas dos opressores.¹⁹

¹⁷ FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 106.

¹⁸ FREIRE, 1995, p. 37.

¹⁹ FREIRE, 1995, p. 34.

Temos que admitir que muitos projetos desenvolvidos por igrejas, ONGs e outras entidades são elaborados não em função das reais necessidades do povo, mas muito mais em função dos desejos pessoais dos líderes destas organizações. O grande problema é que ao prescrever em vez de dialogar com o povo, terminamos não só prescrevendo errado (e para Freire prescrever é sempre errado), mas também retiramos do povo o privilégio de ser parte da ação libertadora, em outras palavras, estamos desumanizando.

Outro grande problema dos batistas no campo social é a ação política.
Comenta Azevedo:

Neste caso, o político tornar-se uma dimensão secundária da organização humana. A pretensão é a de neutralidade. Não importa o sistema em vigor: o crente é cidadão de outra pátria. Não importa o regime em ação: o crente o considera como um mal necessário. Não importa o governo no poder: o crente deve obedecê-lo.²⁰

É preciso um grande esforço para reeducar politicamente o povo batista. Essa pseudo-neutralidade política tem impedido o alcance de objetivos tão valorizados pelo grupo como a evangelização do país. A denominação tem enfrentado dificuldades na evangelização de indígenas, na construção de templos em algumas cidades, no recebimento de missionários estrangeiros e etc. Todas essas dificuldades possuem um campo de enfrentamento, o político. Se os batistas não vêm no campo político um espaço de transformação de vidas, pelo menos deveriam ver como meio para desembaraçar os entraves de uma política “anti-evangélica”.

O despertar dos batistas para uma ação política mais eficaz, cremos, depende de uma reflexão (revisão) teológica de seus posicionamentos. Os batistas não têm se ocupado muito em pensar sua fé, geralmente estão preocupados em defendê-la. Cremos que somente uma reflexão teológica mais profunda permitirá uma mudança de mentalidade em relação à política. Reflexões em torno da teologia

²⁰ AZEVEDO, 1996, p. 180.

de missão têm se desenvolvido, mesmo que timidamente, e já tem apresentado resultados.

3 A práxis pastoral batista e a onda neoliberal

Azevedo afirma que "os batistas no Brasil vêm forjando, à luz de uma tradição própria, suas idéias filosóficas a partir de uma grande matriz: o liberalismo"²¹. Como herança desse pensamento liberal, temos na práxis batista: ênfase exagerada na separação entre Igreja e Estado, a centralidade do indivíduo e a forte ênfase na uso da razão na compreensão da fé.

Do liberalismo para o neoliberalismo, é só um passo. Não é surpresa que os batistas da atualidade, bem como outras igrejas mais recentes do Brasil, tenham se deixado seduzir por idéias neoliberais.

Falando sobre o assalto neoliberal ao campo social e educacional, Tomaz Tadeu da Silva apresenta alguns rasgos dessa ideologia:

(1) deslocamento das causas – o eixo de análise é deslocado do questionamento das relações de poder e de desigualdade para o gerenciamento eficaz e eficiente dos recursos; (2) culpabilização das vítimas – a miséria e a pobreza resultam de escolhas e decisões inadequadas por parte dos miseráveis e dos pobres; (3) despolitização e naturalização do social – as presentes condições estruturais e sociais são vistas como naturais e inevitáveis e abstraídas de sua conexão com relações de poder e subjugação; (4) demonização do público e santificação do privado [...] (5) apagamento da memória e da história [...].²²

Essas estratégias neoliberais que, segundo Tadeu da Silva, estão assaltando o campo social e educacional têm suas correspondências no meio eclesiástico. Alguns

²¹ AZEVEDO, 1996, p. 299.

²² SILVA, Tomaz Tadeu da. O projeto educacional da nova direita e a trajetória da qualidade total. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; GENTILI, Pablo (Orgs.). *Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. Brasília: CNTE, 1996. p. 7-8.

slogans neoliberais são facilmente absorvidos pelas igrejas batistas, já que são heranças do liberalismo. Questões como despolitização do social e demonização do público já fazem parte do repertório batista há muito tempo.

Já a ênfase no gerenciamento eficaz é fenômeno mais recente e traz consigo muitas conseqüências, entre elas, o surgimento do que podemos chamar de neo-clericalismo, ou seja, um enfoque muito centrado na figura do/da líder. Nota-se nas igrejas batistas, cuja tradição sempre foi de um governo democrático e congregacional, uma tendência à centralização de poder na figura de um pastor ou de um pequeno grupo de líderes²³.

Fascinados e fascinadas pelo crescimento explosivo de algumas igrejas norte-americanas, pastores e pastoras estão recebendo de forma acrítica idéias de autores evangélicos norte-americanos. No afã da eficácia e dos resultados rápidos, muitos princípios caros dos batistas estão sendo sacrificados, dentre estes, a prática democrática das igrejas de tomar suas decisões.

George Barna, um desses escritores norte-americanos que muito tem influenciado a geração dos pastores-administradores, em seu livro *O poder da visão*²⁴, afirma categoricamente que a visão do que deve ser feito, ou seja, do que vai nortear o planejamento da igreja, Deus dá aos líderes, mais propriamente ao pastor. É enfático em afirmar que a visão não deve ser resultado do consenso²⁵. Depois que o líder recebe a visão de Deus, deve passá-la para a igreja.

Seguindo esse mesmo princípio, Josué Campanhã, influente líder batista, em seu livro *Planejamento estratégico*, obra muito difundida não apenas no meio batista,

²³ As igrejas batistas da CBB têm como prática realizar Assembléias Regulares mensais, onde, através do voto de cada membro, as decisões são tomadas. Essa prática está desaparecendo lentamente em muitas igrejas. Algumas igrejas começaram a realizar assembléias apenas trimestralmente, e já há algumas que só realizam anualmente. No intervalo dessas assembléias, um pequeno grupo de líderes toma as decisões. Assim, lentamente, o modelo congregacional vai se descaracterizando.

²⁴ BARNA, George. *O poder da visão*. 1. ed. São Paulo: Abba Press, 1993. p. 50.

²⁵ BARNA, 1993, p. 51.

mas evangélico em geral, afirma: “a visão vem de Deus para o líder, para ser compartilhada com a igreja”²⁶.

Ao afirmar que a visão de Deus para sua igreja vem ao líder para depois ele ou ela compartilhar com a igreja é uma visão sacerdotal nos moldes do Antigo Testamento, em que os sacerdotes pertenciam a uma casta de religiosos superiores ao povo, e fere um dos principais princípios batistas, que é o sacerdócio do crente.

O sacerdócio do crente, portanto, significa que todos os cristãos são iguais perante Deus e na fraternidade da igreja local. Cada cristão, tendo acesso direto a Deus através de Jesus Cristo, é seu próprio sacerdote e tem a obrigação de servir de sacerdote de Jesus Cristo em benefício de outras pessoas.²⁷

Essa onda neoliberal, cuja marca principal é seu pragmatismo, também tem trazido para o campo eclesiástico uma nova terminologia. Palavras com conotações mercadológicas hoje fazem parte do vocabulário comum das igrejas, tais como: gerenciamento²⁸, produtividade²⁹, concorrentes³⁰, planos de ação, estratégias, entre outras.

Estas novidades eclesiásticas já estão sendo combatidas no seu berço, USA. Vozes, mesmo que ainda poucas, estão se levantando contra essa tendência. Um livro recente, traduzido e publicado no Brasil, intitulado *Igreja S/A: dando adeus à igreja-empresa e recuperando o sentido da igreja-rebanho*³¹, mostra essa preocupação.

Quais desafios se apresentam à práxis pastoral batista à luz dessa onda neoliberal?

²⁶ CAMPANHÃ, Josué. *Planejamento estratégico: como assegurar qualidade no crescimento de sua igreja*. São Paulo: Vida, 2001. p. 97.

²⁷ SOUZA, Sócrates Oliveira de (Org.). *Pacto e comunhão*. Rio de Janeiro: Junta de Educação Religiosa da Convenção Batista Brasileira, 2004. p. 33.

²⁸ CAMPANHÃ, 2001, p. 243.

²⁹ BARNA, 1993, p. 126.

³⁰ BARNA, 1993, p. 95.

³¹ WAGNER, E. Glenn. *Igreja S/A: dando adeus à igreja-empresa e recuperando o sentido da igreja-rebanho*. São Paulo: Vida, 2003.

Parece-nos que o grande desafio é primeiramente a reflexão crítica. O ministério pastoral batista no Brasil está atordoado diante de tantas novidades. Ora ouve falar de “Igrejas com Propósitos”³², “Rede Ministerial”³³, “igrejas em células”³⁴, “G12”³⁵, “Crescimento natural da Igreja”³⁶, entre outras novidades.

Os pastores e pastoras batistas, ao estudar essas novas propostas eclesiológicas com o fim de aplicá-las às suas igrejas, precisam antes passá-las pelo crivo teológico. Alguns caminhos muitos largos e aparentemente fáceis de transitar podem, no final de tudo, resultar em desastre para a igreja (Mt 7.13-14).

4 A práxis pastoral batista no ensino e discipulado

Os batistas dão bastante ênfase ao ensino e ao discipulado. Tradicionalmente uma igreja batista da CBB é dividida em organizações voltadas a instruir seus membros de acordo com sua faixa etária. Há organizações para crianças, juniores, adolescentes, jovens, adultos e idosos. Além das organizações divididas por faixa

³² Igreja com Propósitos é uma metodologia que tem crescido no Brasil batista. Várias igrejas e pastores têm aderido a essa metodologia. A obra principal que trata desse modelo de igreja é: WARREN, Rick. *Uma igreja com propósitos*. São Paulo: Vida, 1999.

³³ Rede Ministerial é uma metodologia que propõe revitalizar a igreja através do ministério dos dons espirituais. Foi desenvolvida na Willow Creek Community Church nos EUA. Hoje já possui uma organização internacional que divulga e auxilia na implantação do modelo. Temos obras traduzidas pela Igreja Batista Central de Fortaleza, Ceará, que introduzem a metodologia. BUGBEE, Bruce; COUSINS, Don; HYBELS, Bill. *Rede ministerial: pessoas certas... lugares certos... pelas razões certas...: guia do participante*. São Paulo: Vida, 1998.

³⁴ Igrejas em células é uma metodologia que busca o crescimento da igreja através de pequenos grupos (8-15 pessoas). Esses grupos se reúnem geralmente em lares com o propósito de edificação mútua e evangelização. IGREJA em células. Disponível em: <<http://www.celulas.com.br>>.

³⁵ G12 é uma variação do modelo de igrejas em células com um perfil neopentecostal e neocarismático. Suas principais características são: ênfase na formação de grupo de 12 pessoas, na participação numa reunião que chamam de Encontro, prática de regressão psicológica, sopro espiritual, e etc.

³⁶ Crescimento Natural da Igreja é um modelo para crescimento das igrejas com base em pesquisas do Instituto para o Desenvolvimento da Igreja. Os seus princípios teóricos estão expostos na obra de SCHWARZ, Christian A.; SCHALK, Christoph. *A prática do crescimento natural da igreja*. Curitiba: Evangélica Esperança, 1998.

etária, há as que são divididas também por gênero³⁷. Há também a Escola Bíblica Dominical (EBD) que é a maior organização e congrega todos os grupos em classes de aula.

Os cultos também são voltados ao ensino e discipulado. A maioria das igrejas tem pelo menos dois cultos semanais, o culto de domingo e quarta-feira (ou meio de semana). Algumas igrejas acrescentam às atividades das organizações e dos cultos, reuniões nos lares através de pequenos grupos.

O problema não está na falta de atividade, mas em como tudo é feito. Geralmente, a responsabilidade é dividida entre um pequeno grupo de membros mais comprometidos e a grande maioria termina como espectadores ou assistidos. Esse fenômeno gera pelo menos duas graves conseqüências: o desgaste dos poucos que trabalham e a falta de crescimento pessoal e espiritual dos que são feitos objetos da ação.

À luz do que aprendemos no diálogo com Freire e a teologia, uma ação verdadeiramente libertadora não usa armas da dominação, nem trata homens e mulheres como objetos. Uma ação libertadora tratará os oprimidos e oprimidas como sujeitos, eles e elas farão parte da ação que os tornará livres.

Desse modo, em vez de um ensino ou discipulado pautado na prescrição, na palavra de alguns poucos e no silêncio da maioria, o diálogo e a ação ocupará o centro do processo formador da igreja. Como vimos em Freire, “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”³⁸.

Todo esforço pastoral que pretende a formação de discípulos maduros e responsáveis, deve preocupar-se com a participação de todos na ação libertadora. No

³⁷ Para mulheres temos MCA (Mulheres Cristãs em Ação) e para homens UHB (União de Homens Batistas).

³⁸ FREIRE, 1995, p. 78.

entanto, essa ação deve ser acompanhada de reflexão, senão se transforma em ativismo e termina servindo à opressão.

Caminha junto com o ativismo o fanatismo. Ambos têm uma causa em comum: falta de reflexão e inserção crítica.

Resta aos pastores e pastoras esses dois grandes desafios: mobilizar a igreja à reflexão e ao trabalho. O importante é sabermos que sem reflexão e trabalho de todos e todas envolvidos/as, todo esforço é vão e até perigoso pelos resultados. Podemos está transferindo apenas oprimidos e oprimidas de um pólo a outro de opressão.

Uma práxis pastoral libertadora terá que seguir pela senda mais difícil, porém necessária, do diálogo democrático, da reflexão junto com o povo, da confiança nos homens e mulheres iniciantes na vida cristã, da confiança nos mais antigos mesmos presos a tradições, algumas já caducas inclusive; terá que preparar-se, como diz Freire, para deserções da luta e até de traições³⁹.

5 A práxis pastoral batista e a utopia de uma nova humanidade

Os batistas não crêem numa mudança no mundo (humanidade) pela via da política ou de mudanças estruturais. Na verdade, os batistas em geral são muito pessimistas quanto ao futuro. Crêem que o mundo avança para uma destruição que culminará com a segunda volta de Cristo (parousia). O que os crentes devem fazer é pregar e viver o evangelho. É esse compromisso de viver o evangelho que o leva a alguma ação no campo social.

Azevedo chama essa visão de história dominante entre os batistas e alguns grupos de evangélicos, de peregrinismo; e assim ele a descreve:

É um tipo de dualismo apocalíptico, no qual existe um plano de Deus para cada pessoa; este plano já está dado: ele é preexistente às decisões de cada um na história. E nesta história, pré-determinada, o fim será trágico: cabe a cada um salvar-se. Para estes salvos, o futuro

³⁹ FREIRE, 1995, p. 168.

será glorioso. Importar-se com o presente é irrelevante. Os eventuais sofrimentos devem ser relativizados porque o fim da história reserva ao crente uma vida completamente diferente, infinitamente melhor na sua qualidade.⁴⁰

A perspectiva da espera e o sentido da esperança, foi, mais uma vez, distorcida pela igreja. Segundo Jesus, o tempo de espera deve ser de luta e trabalho (Mt 24.42-51; Lc 12.35-40) e, em vez da igreja se ocupar com o tempo do fim, deve se ocupar da missão (At 1.6-8).

É nessa perspectiva que Freire trata o tema esperança. Ele sabia que a esperança mal interpretada poderia levar a um cruzar de braços⁴¹. Para Freire, a *Pedagogia do oprimido* é uma *Pedagogia da esperança*, serve como motor da luta, como utopia que aponta o futuro e transforma o presente.

Nesse sentido, torna-se muito importante a observação de Libâneo e Bingemer de que “a escatologia clássica descuidava a trama do jogo, para lembrar ao homem continuamente a importância única, decisiva do final do jogo”⁴². A escatologia precisa ser um motor que empurra a Igreja para o futuro, construindo-o a partir de sua ação no presente. Para isso, a Igreja precisa olhar o futuro como algo a ser construído e não como algo já determinado.

Nesse sentido, a escatologia pode colaborar à práxis pastoral. Ela possui uma força, um atrativo; ela ao impulsionar a igreja para o futuro, transforma o seu presente. É mais ou menos assim que Leonardo Boff define utopia:

Utopia, literalmente, significa: “de nenhum lugar”. Utopia é a descrição de um estado ideal da condição humana, pessoal e social, que não existe em nenhum lugar mas que serve para relativizar qualquer tipo de sociedade, criticá-la e também impulsioná-la para que se modifique e se oriente na direção do ideal apresentado. A utopia representa a realização plena de virtualidades presentes

⁴⁰ AZEVEDO, 1996, p. 177.

⁴¹ FREIRE, 1995, p. 82.

⁴² LIBÂNIO, João B.; BINGEMER, Maria Clara L. *Escatologia cristã*. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 32.

dentro da vida. Neste sentido, o utópico pertence ao real, na sua dimensão possível e virtual.⁴³

Conclusão

A Pedagogia Libertadora de Paulo Freire impõe um desafio ao ministério pastoral batista de pensar suas estratégias em função de objetivos libertadores. Desse modo, uma determinada ação não será considerada eficaz por resultados quantitativos (número de batismos, de pessoas atendidas em trabalho social, frequência nos cultos e etc.), mas sua eficácia será avaliada na medida em que homens e mulheres se engajem de forma crítica na luta pela libertação sua e de seus companheiros e companheiras.

O uso da palavra, a visão social, o ensino e discipulado e a própria escatologia cristã devem servir ao projeto de libertação. A Igreja e seus líderes devem, em diálogo, à luz da Palavra de Deus, encontrar os caminhos legítimos para vivenciar sua fé, revê-la e atualizá-la sem perder de vista onde se quer chegar. Costumamos dizer que os fins não justificam os meios e isso é verdade porque os meios determinam o fim. Como nos afirma Freire: não se liberta com as armas da opressão.

Referências

A BÍBLIA Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. Nova Versão Internacional. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2002.

AZEVEDO, Israel Belo. *A celebração do indivíduo: a formação do pensamento batista brasileiro*. Piracicaba: Unimep; São Paulo: Exodus, 1996.

BARNA, George. *O poder da visão*. 1. ed. São Paulo: Abba Press, 1993.

⁴³ BOFF, Leonardo. *A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana*. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 206.

Protestantismo em Revista

Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos e Pesquisa do Protestantismo (NEPP) da Escola Superior de Teologia
Volume 17, set.-dez. de 2008 – ISSN 1678 6408

BOFF, Leonardo. *A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana*. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

BUGBEE, Bruce; COUSINS, Don; HYBELS, Bill. *Rede ministerial: pessoas certas... lugares certos... pelas razões certas...: guia do participante*. São Paulo: Vida, 1998.

CAMPANHÃ, Josué. *Planejamento estratégico: como assegurar qualidade no crescimento de sua igreja*. São Paulo: Vida, 2001.

ESPÍRITO SANTO, Eliseu Roque do. *Teologia e pedagogia em diálogo a partir de uma leitura teológica da obra Pedagogia do oprimido de Paulo Freire*. 2005. Dissertação (Mestrado). São Leopoldo: IEPG, 2005.

FILOSOFIA de Ação Social da CBB. Disponível em: <<http://www.batistas.org.br>>.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 37. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

IGREJA em células. Disponível em: <<http://www.celulas.com.br>>.

LIBÂNIO, João B.; BINGEMER, Maria Clara L. *Escatologia cristã*. Petrópolis: Vozes, 1985.

MESTERS, Carlos. *Por trás das palavras*. 2. ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 1975.

REGA, Lourenço Stélio. A Bíblia e a responsabilidade social cristã. In: BERNARDO, Salovi; MORAES, Luís Paulo de L. (Orgs.). *Ação social da Igreja de Cristo*. Rio de Janeiro: JUERP, 1998.

SCHWARZ, Christian A.; SCHALK, Christoph. *A prática do crescimento natural da igreja*. Curitiba: Evangélica Esperança, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu da. O projeto educacional da nova direita e a trajetória da qualidade total. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; GENTILI, Pablo (Orgs.). *Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. Brasília: CNTE, 1996.

SOUZA, Sócrates Oliveira de (Org.). *Pacto e comunhão*. Rio de Janeiro: Junta de Educação Religiosa da Convenção Batista Brasileira, 2004.

STRONG, Augusto Hopkins. *Teologia sistemática*. São Paulo: Hagnos, 2003.

WAGNER, E. Glenn. *Igreja S/A: dando adeus à igreja-empresa e recuperando o sentido da igreja-rebanho*. São Paulo: Vida, 2003.

WARREN, Rick. *Uma igreja com propósitos*. São Paulo: Vida, 1999.